



Gestão democrática institucional com justiça de gênero*

Institutional democratic management with gender justice

Márcia Eliane Leindcker da Paixão**

Resumo: Este texto tem a intenção de apresentar, de maneira sucinta e breve, algumas reflexões que envolvem a temática gestão democrática institucional com justiça de gênero em diálogo com a perspectiva feminista decolonial. Essa perspectiva abre o leque teórico e traz os conceitos de justiça social e desigualdades, defendidos pela filósofa Nancy Fraser, e que pontua importantes questões para o campo feminista. Pensar as implicações políticas desta temática é um compromisso e se apresenta como tema urgente nos debates do feminismo em geral e da Teologia Feminista em específico.

Palavras-chave: Gestão democrática. Justiça social e de gênero. Feminismo decolonial.

Abstract: This article presents reflections on institutional democratic management with gender justice in dialogue with the decolonial feminist perspective. This perspective opens the theoretical range and brings the concepts of social justice and inequalities, defended by the philosopher Nancy Fraser, pointing out important issues for the feminist field. Thinking about the political implications of this theme is a commitment and presents itself as an urgent theme in the debates of feminism in general and of Feminist Theology in specific.

Keywords: Democratic management. Social and gender justice. Decolonial feminism.

* Palestra proferida no VII Congresso Latino-Americano de Gênero e Religião, Mesa Temática “Gestão democrática institucional com justiça de gênero”, online, em 27 ago. 2021.

** Doutora em Educação. Professora no Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. E-mail: marciapaixao12@gmail.com

Inicia assim...

*Estamos em luta todos os dias pela labuta da igualdade e dos direitos.
Sônia Guajajara - liderança indígena¹*

Saúdo a cada pessoa que está aqui neste Congresso, que traz sua história e suas experiências para partilhar aqui e que busca a construção de relações justas ali onde está. É um prazer estar aqui (remotamente) com vocês, e com esperança de que o próximo Congresso seja presencial para vivenciarmos todas as possibilidades que os encontros nos oferecem quando estamos no campus da EST.

Os eixos do Congresso: *Coragem, Criatividade e Esperança* – indicam que o tempo não pára, como dizia Cazusa, e nos convoca à reflexão e à ação. Nesse movimento que a vida e o mundo fazem, coragem, criatividade e esperança são as reações que precisamos ter para enfrentarmos a labuta diária. E eu acredito que somente em movimentos coletivos temos mais força, mais coragem, mais criatividade e mais esperança para alcançarmos a justiça social que tanto almejamos. E, como nos desassossega Sônia Guajajara: *Estamos em luta todos os dias pela labuta da igualdade e dos direitos*. Então, é preciso darmos as mãos e seguirmos coletivamente. Nesse caminhar é necessário diálogos para entendermos como funcionam os sistemas de dominação, suas capilaridades em nosso dia a dia e como construímos estratégias de mudanças.

O tema desta mesa é amplo e provocativo e tem sido debatido em muitos âmbitos das ciências. Gestão e justiça possuem diversas abordagens e perspectivas teóricas. Nesta mesa, quero tecer, mesmo que preliminarmente, algumas reflexões acerca de dois aspectos que considero relevantes e que estão contidos nesse tema, a saber: justiça social e desigualdades. Busco um diálogo com a filósofa feminista Nancy Fraser a respeito de seu entendimento de justiça social, pois acredito que suas considerações convergem com os debates que a teologia feminista vem fazendo ao longo dos anos.

O mapa global

Não é novidade que “o tempo não pára” e que vivemos crises econômicas, sociais, sanitárias e culturais que afetam diretamente a vida das pessoas e o nosso planeta. O sistema econômico vigente no mundo – capitalismo – tem ditado as regras do jogo financeiro e econômico entre os países e tem acelerado as desigualdades sociais, produzindo e mantendo pessoas e nações sob o domínio do capital, sem políticas efetivas para as crises que esse mesmo capital construiu. Nessa esteira, crescem as desigualdades e estas merecem a nossa atenção. Sabemos que nossa história brasileira e latino-americana foi marcada pela colonização em todos os níveis. A

¹ Frase de abertura na Roda de Conversa no Fazendo Gênero 2021, em 27 jul. 2021, sobre a perspectiva indígena para outro mundo.



ideia de colonização desde há muito tempo tem se estabelecido na sociedade fragmentando o social e o político e impactando a vida das pessoas de formas cruéis e desiguais. Esse sistema econômico normaliza a ideia de hierarquia e submissão entre os povos e se capilariza nas relações mundiais e sociais cotidianas. Esse modelo político é assustador, mas, infelizmente, é vigente. A ideia neoliberal do capitalismo colonial constrói o conceito de meritocracia e de reconhecimento no campo social como formas de ser e estar nesse mundo. Isso acirra as desigualdades, as violências e enfatiza o individualismo, e, além disso, mascara a crueldade do colonialismo presente nas relações políticas e sociais, desestabilizando as ações políticas dos movimentos sociais e hierarquizando as causas sociais.

A essa altura, temos inúmeras perguntas e questionamentos. Nessa esteira, o questionamento do feminismo decolonial defendido por Nancy Fraser e muitas outras feministas, aponta a urgência de pensarmos as nossas matrizes coloniais instaladas no cotidiano em geral e do feminismo em específico. Debater o ativismo pessoal e coletivo associado aos ativismos antirracistas, ambientalistas, trabalhistas, anti-homofóbicos, indígena, lugar social da deficiência... tem sido o foco dos estudos do feminismo decolonial. Nancy Fraser tem chamado a atenção para uma revisão epistemológica da agenda do feminismo hoje. E isso nos diz respeito.

Algumas considerações vindas dos estudos decoloniais

Acredito que entrelaçar o debate sobre gestão democrática institucional com justiça de gênero a partir dos questionamentos de Nancy Fraser sobre justiça social, é relevante nas reflexões desse Congresso de Gênero e Religião.

Uma das tendências do feminismo decolonial investe no debate acerca de uma contraepistemologia para enfrentar o “império cognitivo europeu e norte-americano”². A outra tendência enfatiza as desigualdades sociais e a colonialidade do poder. Esses estudos decoloniais apontam a urgência de pensarmos as realidades locais e as especificidades para o feminismo decolonial brasileiro. As duas tendências se complementam, pois nomeiam questões específicas que merecem aprofundamento e diálogos políticos. Ao lembrar do processo colonial brasileiro e da necessidade desta reflexão no campo feminista, Heloisa Buarque de Hollanda explica que:

Em 1808, d. João VI, rei de Portugal, se transfere para a colônia em plena fuga dos exércitos de Napoleão. Ou seja, nosso opressor acuado, veio se abrigar entre nós e foi acolhido em solo brasileiro. Essa proximidade entre colonizador-colonizado não pode ter deixado de trazer marcas profundas na lógica da construção de nossas relações de poder, na ambiguidade das figuras simbólicas nacionais e na percepção da violência que ganha vários tons de simulação. Ao contrário dos povos do resto

² HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). *Pensamento Feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, p. 13.

do continente, não somos afeitos ao confronto, o que gera estratégias de lutas singulares.³

Nessa esteira dos estudos decoloniais, as feministas vêm apontando para reflexões e questionamentos que precisam acontecer dentro do próprio movimento feminista, em especial no contexto latino-americano. Nesse sentido, em 2019, Cinzia Arruza, Tithi Bhattacharya e Nancy Fraser lançaram o manifesto *Feminismo para os 99%*, para promover o debate sobre um “outro” feminismo que se coaduna com questões de nosso cotidiano. E perguntam: “Com quais mulheres o feminismo dialoga? Que mulheres seguem marginalizadas dos feminismos? O feminismo é realmente popular?”⁴ Heloisa Buarque de Hollanda ressalta que Nancy Fraser vem apontando que o pensamento neoliberal está se enfronhando no campo feminista e, por sua vez, hierarquizando as causas e individualizando os grupos sociais, enfraquecendo a causa comum e coletiva da garantia de direitos para todas as mulheres.

Nessa perspectiva de olhar para dentro do discurso feminista contemporâneo e compreender que os sistemas de dominação (capitalismo, patriarcado e racismo) precisam ser debatidos à luz da justiça e da igualdade, para então, entendermos como eles se organizam e se manifestam por dentro do próprio feminismo, como forma de dominação e colonialidade no mundo atual. Fazer isso é uma revisão epistemológica radical contemporânea que precisamos nos dispor a enfrentar no movimento feminista.

Ao longo dos tempos avançamos em muitas áreas para construir a cidadania e o protagonismo das mulheres. E são louváveis as conquistas que tivemos. Mas em tempos de crescente desigualdade social, o capitalismo ditando os modos de ser e estar no mundo e promovendo protagonismos individualistas, é urgente pensarmos sobre isso.

Essa rápida contextualização nos adverte que os temas democracia, justiça social e de gênero descortinam os conflitos sociais e as desigualdades que merecem nossa atenção, nosso estudo e nossa ação.

Pensando sobre as implicações da justiça social

Apoio-me em Nancy Fraser para tecer algumas reflexões nessa mesa temática. Fazendo coro com o feminismo decolonial, concordo que o termo *justiça social* é mais abrangente para tensionarmos a garantia de direitos na sociedade contemporânea, em direção à justiça de gênero e igualdade social.

³ HOLLANDA, 2020, p. 23.

⁴ ARRUZA; BHATTACHARYA, FRASER, 2019 *apud* HOLLANDA, 2020, p. 13.

A concepção de Fraser sobre a necessidade de justiça social está baseada em seus estudos sobre a teoria do Reconhecimento⁵, a partir de seu entendimento e visão política do reconhecimento que inclui a ideia de paridade de participação, reificação cultural e visão ampliada de justiça social presentes em suas percepções de redistribuição e reconhecimento. Fraser⁶ situa a sua crítica e construção teórica na sociedade contemporânea e vislumbra uma transformação econômica, social e cultural na sociedade. Ao analisar o cenário mundial da globalização, que tem um modo de ser de reivindicação política, que passa pelas representações identitárias e pelo problema da falta de respeito pela diferença, promovendo as desigualdades na sociedade em que vivemos, Fraser vai apontar para a reflexão acerca da justiça social, que inclui rever o modelo econômico do Estado Moderno.

Em sua ampla e profunda análise da teoria do reconhecimento e o seu foco na justiça social, ela destaca os riscos da substituição das lutas (da redistribuição ao reconhecimento) na sociedade e no interior dos grupos sociais, como mecanismo de hierarquias que impedem a interação e a paridade entre grupos sociais e suas demandas. Em sua análise, ela reconhece o princípio da paridade de participação como um elemento importante para a justiça social. Ela afirma:

A justiça requer arranjos sociais que permitam a todos os membros adultos (e **adultas**) da sociedade interagir entre si como pares. São necessárias pelo menos duas condições para que a paridade participativa seja possível. Primeiro, deve haver uma distribuição de recursos materiais que garanta a independência e 'voz' dos e **das** participantes... A segunda condição requer que os padrões institucionalizados de valor cultural expressem igual respeito por todos e **todas as e os** participantes e garantam iguais oportunidades para alcançar a consideração social.⁷

Essa noção de paridade apontada por Fraser faz uma crítica às dominações estruturais que se dão por gênero, classe e raça no mundo contemporâneo globalizado e que justificam os individualismos das lutas sociais. A autora, em sua teoria, aponta para outras construções sociais e faz um longo arrazoado acerca das modificações necessárias no modelo de Estado atual, que seja capaz de desconstruir as lógicas estruturais de dominação e injustiça. Essas mudanças, em seu modo de ver, são essenciais para que outras mudanças aconteçam na sociedade e nas relações sociais. Fraser nomeia as injustiças/dominações do nosso contexto como um mal a ser combatido. Para ela, justiça social tem a ver com a redistribuição: *distribuição igualitária de recursos e bens que garantam as vozes dos grupos sociais na sociedade*, e reconhecimento: *políticas que atendam às necessidades de gênero, de raça/etnia e classe*. Para ela não há hierarquia entre esses

⁵ Nancy Fraser tem divergências teóricas com a Teoria do Reconhecimento defendida por Axel Honneth e Charles Taylor.

⁶ FRASER, Nancy. A justiça social na globalização: redistribuição, reconhecimento e participação. Tradução de Teresa Tavares. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 63, p. 7-20, 2002. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/1250>. Acesso em: 13 ago. 2021.

⁷ FRASER, 2002, p. 13. **(Grifos meus)**.

dois elementos, entre as causas sociais que se manifestam por gênero, classe e raça. Há que se alargar o debate desses elementos da teoria do reconhecimento. Em suas palavras:

O risco da substituição das lutas por redistribuição pelas lutas de reconhecimento... Para neutralizar esse risco, proporei uma análise da justiça social... o risco da atual centralidade da política cultural... Para que esse risco seja neutralizado, proponho uma concepção não identitária do reconhecimento adequada à globalização... O risco da globalização estar a subverter as capacidades do Estado para reparar os tipos de injustiça. A fim de neutralizar este risco, proporei uma concepção múltipla de soberania que descentre o enquadramento nacional. Em cada um dos casos, as concepções propostas assentam em potencialidades emancipatórias que estão a despontar na atual constelação.⁸

Fraser assinala que as injustiças sociais e econômicas são um impedimento para a participação plena de todos os grupos sociais na sociedade. As injustiças produzem e mantêm as desigualdades que afetam a vida das pessoas, pois se instalam nos discursos da cultura, dos movimentos e na política e dissociam as reivindicações por direitos. Identificar as subordinações impostas pelo capitalismo através da globalização econômica e social para conhecer as ameaças e pensar estratégias que vislumbram a justiça social, tem sido o foco dos estudos atuais de Fraser.

A abordagem de Fraser a respeito da distribuição e reconhecimento para superar as desigualdades e consolidar a justiça social requer analisar profundamente os impactos da globalização econômica. A globalização incide diretamente na vida das pessoas quando:

[...] as instituições sociais regulam a interação de acordo com normas culturais que impedem a paridade de participação. Os exemplos incluem leis matrimoniais que excluem uniões entre pessoas do mesmo sexo como ilegítimas e perversas, políticas sociais que estigmatizam as mães solteiras como parasitas sexualmente irresponsáveis e práticas de policiamento como a identificação do 'perfil racial' que associam determinadas pessoas com a criminalidade. Em cada um desses casos, a interação é regulada por um padrão institucionalizado de valor cultural que constitui algumas categorias de atores sociais como normativas e outras como deficientes ou inferiores. Consequentemente, é negado a alguns membros da sociedade o estatuto de parceiros plenos, capazes de participar na interação ao mesmo nível que outros.⁹

Em seu estudo, a autora enfatiza a urgência de determinar quais são "verdadeiramente" as causas locais, nacionais, regionais e globais que precisamos enfrentar para superar as desigualdades. Insiste na importância de nomear os problemas desses níveis, pois isso significa conhecer a extensão das desigualdades, não impor uma hierarquia nas causas e ter conhecimentos múltiplos para entender e neutralizar as ameaças da globalização econômica. Isso significa dizer que interseccionar gênero, classe, raça continua sendo a premissa básica para as análises quando

⁸ FRASER, 2002, p. 10.

⁹ FRASER, 2002, p. 16.

nomeamos as opressões e dominações na vida em sociedade. E é nesse sentido que o feminismo decolonial enfatiza e reafirma que não há hierarquia entre as opressões.

Nancy Fraser destaca estratégias que ela considera urgentes para ser possível a justiça social. Nesse sentido, ela destaca a análise local, nacional e global, desde as questões do cotidiano dos diferentes grupos sociais até as questões de política nacional e transnacional que impactam a vida das pessoas em todo mundo. Ela convida para a análise do local e global simultaneamente e constantemente.

Nesse sentido, temos enormes desafios para a teoria feminista e para a teoria crítica. Interseccionar gênero, classe e raça na análise da dominação da globalização econômica, que assola e massacra as populações do mundo todo, vai exigir estudos múltiplos com as diferentes áreas do conhecimento e ações coletivas local e global. E isso não é pouca coisa. Mobilizar para transformar é extremamente complexo, mas extremamente necessário.

Nancy Fraser olha para o feminismo contemporâneo e lança perguntas sobre as implicações políticas para revigorar a teoria e a prática feminista. Ela destaca com muita precisão que entender o funcionamento e as capilaridades da globalização econômica e seus impactos nefastos para as pessoas e o mundo, são os elementos que o feminismo contemporâneo precisa se apropriar para mapear a dominação e buscar a justiça social. Análise local e global simultaneamente e constantemente. Sua defesa por justiça social se ampara na ideia de aliar-se com diferentes grupos nacionais e transnacionais (ambientalistas, indígenas, movimentos sociais diversos) para nomear as injustiças e construir uma política que integre as diversas causas e equilibre as relações sociais. Ela reconhece que essa política não é fácil. Contudo, Fraser nos desassossega com suas ideias para que pensemos a terceira via para superar as injustiças que a globalização mundial nos impõe.

Sua obra é extensa e apresenta muita análise e questionamentos acerca da falta de justiça social e da ideia da manutenção das desigualdades e das fissuras dentro dos movimentos sociais e que precisam ser superadas. Sem a pretensão de trazer todos os questionamentos de suas obras, nessa reflexão trouxe alguns elementos para o diálogo com o nosso tema. É evidente que muitos outros aspectos podem se somar a essa reflexão, que busca um compromisso político e humanizador para as relações sociais e pessoais.

Finalizando sem encerrar

Esse tema mexe com vários aspectos que envolvem os feminismos e não se esgota aqui. Ocupei-me com um dos aspectos que o feminismo decolonial tem mostrado para pensarmos com mais intensidade nos diferentes contextos. Acredito que o campo religioso e a Teologia Feminista podem seguir pensando e aprofundando esses elementos trazidos aqui. Articular a justiça social e

de gênero na contemporaneidade é reafirmar o compromisso teórico e político, que tem sido uma marca importante da teoria feminista, e trazer para o centro da roda os aspectos que contribuem para a efetiva emancipação e igualdade de direitos. Fraser nos dá dicas para ampliarmos nossas análises.

Debater quem são as 99% e quais as condições a que estão expostas as diversas mulheres da sociedade contemporânea é urgente e atual. Justiça de gênero não se separa da análise da justiça social. São faces da mesma moeda. O contexto das desigualdades sociais, que enfatiza a meritocracia e que tem se instalado no discurso feminista, tem estimulado o “empoderamento” das mulheres no sentido de ganharem visibilidade e chegarem ao topo do mercado. E a situação das 99%? Questões como moradia inacessível, saúde pública, mudança climática, salários precários, violências de todos os tipos, racismo são questões que afetam a maioria das mulheres no mundo. As 99% não podem passar despercebidas.

Nesse sentido, o feminismo decolonial, defendido por Fraser e outras feministas, nos convida a sermos anticapitalistas, antirracistas, anti-homofóbicas. Essa perspectiva também se aproxima da proposta ecológica do bem-viver, defendida por povos indígenas e comunidade negra. Essa perspectiva implica urgentemente em pesquisas, pensar propostas metodológicas a partir das demandas cotidianas, ouvir as vozes e seus sofrimentos, organizar-se e juntar-se com grupos e comunidades para pensarmos as estratégias para as demandas de nosso contexto. E sem dúvida, isso tudo se faz juntando forças. Ações coletivas são a nossa força, a nossa coragem e a nossa esperança para buscarmos as melhores formas para a tão desejada transformação que nos coloca lado a lado, como gente (diferentes, diversas e iguais).

Referências

FRASER, Nancy. A justiça social na globalização: redistribuição, reconhecimento e participação. Tradução de Teresa Tavares. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 63, p. 7-20, 2002. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/1250>. Acesso em: 13 ago. 2021.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). *Pensamento Feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.